



## OPINIÃO

# PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR PPPS: REDUÇÃO DE CUSTOS PARA OS MUNICÍPIOS, EFICIÊNCIA PARA A SOCIEDADE E MOTOR PARA A ECONOMIA

*Samy Dana*

Professor da Fundação Getúlio Vargas,

No supermercado, o valor cobrado por uma lâmpada de LED é bem superior ao preço das lâmpadas convencionais incandescentes ou fluorescentes. A diferença assusta o consumidor final, que vem deixando a iluminação convencional ao longo dos anos, mas ao custo de muita resistência. De fato, o investimento que é feito com a compra da lâmpada mais eficiente mostra seu retorno

em função da alta durabilidade da tecnologia e do menor consumo de energia elétrica residencial.

Eficiência energética nada mais é do que a relação entre a quantidade de energia empregada para realizar uma atividade e a energia que, de fato, é disponibilizada. No caso da iluminação doméstica, por exemplo, a conta de luz chega muito mais barata porque uma lâmpada de LED de 7W tem o mesmo potencial de iluminação de uma incandescente de 60W, ou seja, são 53W economizados por hora e uma economia de quase 90%, segundo informações da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco). Além disso, a vida útil também é bem maior. As lâmpadas de LED duram aproximadamente 25 vezes mais do que as lâmpadas incandescentes e três vezes mais do que as lâmpadas fluorescentes.

E se em casa é possível economizar tanto com a troca pelas lâmpadas eficientes, imagine o impacto dessa economia no País como um todo. Em tempos de crise econômica e escassez de recursos, é preciso pensar em alternativas eficientes a longo prazo, que auxiliem os governos na tarefa de gastar menos e que sejam benéficas ao meio ambiente. Neste sentido, uma alternativa, que surge como solução, são as Parcerias Público-Privadas - PPPs.

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu, por meio de resolução, que a responsabilidade pela iluminação pública passa a ser dos governos municipais. Naquele período, houve muita polêmica justamente pela falta de recursos de muitas prefeituras - mas a resolução entrou em vigor. Neste sentido, as PPPs merecem uma atenção especial por parte dos municípios com dificuldades de recursos, tendo em vista que o modelo, quando bem estruturado, é menos dispendioso e mais eficiente.

De acordo com informações do Observatório das Parcerias Público-Privadas, somente com iluminação pública, os principais municípios do Brasil consomem mensalmente o equivalente a uma turbina da Usina de Itaipu. Além disso, o mesmo observatório defende que o modelo de iluminação pública atual é totalmente defasado. De um modo geral, as lâmpadas funcionam à base de vapor de sódio e mercúrio, combinação altamente nociva para o meio ambiente. A troca pelas lâmpadas de LED é benéfica porque representa ganho em vida útil em relação às de mercúrio e vapor de sódio, além da economia de energia.

De um modo geral, quando o poder público arca com a totalidade dos custos da iluminação pública, é preciso investir em obras, o município fica 100% responsável por todo o custeio do projeto e implementação - e esses custos podem acabar variando -, ou seja, o risco para os cofres municipais é significativo.

Com a PPP, por outro lado, o poder público tem a possibilidade de compartilhar os riscos de um grande projeto com o parceiro do setor privado. Além disso, há a vantagem do projeto e a implantação serem desenvolvidos por gestores especializados, com uso de tecnologia mais avançada e, conseqüentemente, prestação de serviço mais eficiente. O investimento feito ao longo do tempo é amortizado com infraestrutura - o que representa menor desembolso por parte dos governos no curto prazo. De um modo geral, o custo é menor, os resultados tendem a ser melhores e a surgirem com mais rapidez do que se estivessem somente sob a responsabilidade dos municípios.

Em Belo Horizonte, por exemplo, toda a iluminação pública da capital será refeita por meio de uma PPP executada por quatro empresas. Neste ano está sendo feito o trabalho de

mapeamento das 178 mil lâmpadas da cidade, sendo que a troca está prevista para começar no primeiro trimestre do ano que vem. A estimativa da prefeitura é de que a reposição completa por lâmpadas de LED seja concluída em um prazo de cinco anos. De um modo geral, a estimativa é de que haja uma economia de 45% para o município.

Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro, é outro município que adotou o modelo e vem sendo tomado como exemplo por outras cidades. Além dos fatores já citados, as lâmpadas de LED podem representar mais segurança para a população. Elas iluminam um perímetro maior em relação às outras lâmpadas e os postes podem ser equipados com um sistema inteligente de monitoramento. Cada vez que uma lâmpada estiver com defeito, um alerta automático é enviado para uma central para que os reparos sejam feitos.

Por fim, não podemos negar o potencial que essas PPPs também têm para gerar um círculo virtuoso de crescimento no País. São projetos de longo prazo, sólidos e com potencial para trazer vultosos investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Ao mesmo tempo em que os investimentos surgem, a sociedade ganha em eficiência de consumo, o meio ambiente agradece e os municípios gastam menos.

Samy Dana é professor da Fundação Getúlio Vargas, comentarista do programa Conta Corrente (Globo News) e do telejornal Hora 1 (rede Globo). É também colunista do Portal G1 de notícias, da Época Negócios e da Rádio Globo. Possui mestrado em economia e doutorado em administração, além de ser Ph.D. em Business.

Samy possui mais de 15 anos de experiência em consultorias e apresentação de palestras. É autor de vários livros ligados a finanças, economia e negócios. Entre os mais conhecidos estão as obras "Seu Bolso", "Em busca do Tesouro Direto" e "Finanças Femininas".

